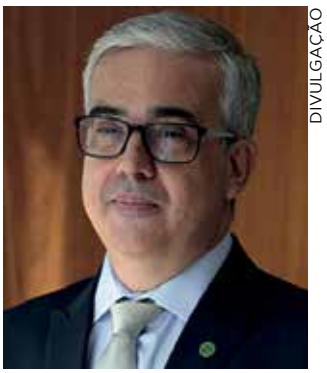
PLANO PARA COLHER MAIS DE 300 MILHÕES DE TONELADAS NA SAFRA 2022/23

GUILHERME BASTOS

Secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA)

Da Redação



DIVULGAÇÃO

SÃO MAIS de dois anos acumulados com a pandemia de COVID-19 e a eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com desarranjo nos mercados mundiais de importantes produtos da área de energia e alimentos. Por causa disso, a taxa de inflação aumentou de uma forma generalizada, sem deixar de lado países desenvolvidos acostumados com preços estáveis. Enquanto os preços majoram, o desabastecimento de alimentos aumenta a crise social e econômica nos países mais pobres e vulneráreis. Nessa circunstância, cheio de desafios para arrefecer essa difícil situação, o governo brasileiro formulou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2022/23. Tendo acompanhado de perto o desdobramento desse tenso processo, Guilherme Bastos, secretário da SPA/MAPA, comenta o cenário turbulento.

AGROANALYSIS: COMO CRUZAR ESSE AMBIENTE DE PANDEMIA E GUERRA NO MUNDO COM A NOSSA POLÍTICA AGRÍCOLA?

GUILHERME BASTOS: Resilientes e vigorosos, o agronegócio e o produtor rural ainda enfrentam as adversidades causadas pela pandemia. Houve o respaldo das políticas públicas para adaptar as rotinas de trabalho. Assim, o setor assegurou o abastecimento do mercado e as exportações. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia, importantes países produtores de alimentos, trouxe mais insegurança alimentar ao mundo. Nessa agitação solta, vimos alterações nos hábitos de consumo e um forte aumento nos custos de produção e sentimos as dificuldades de gerir as variáveis macroeconômicas ligadas a inflação, câmbio e balanço fiscal.

Independentemente dessa inquietação, a taxa de juros controlados do sistema nacional de crédito rural sempre será um importante instrumento de suporte para viabilizar a renda do produtor rural. Hoje, a demanda financeira do setor não para de crescer, puxada pelo volume de excedentes cada vez maior das exportações. Com a limitação orçamentária, a prioridade de atendimento fica por conta dos pequenos e dos médios produtores. Mas, ao mesmo tempo, as fontes de financiamento se diversificam e introduzem mecanismos privados para fomentar tecnologias sustentáveis, como o ensino do sistema de governança ambiental e social (ASG).

O PAP E O TETO DE GASTOS DO GOVERNO CORREM EM SENTIDOS OPOSTOS?

GB: Precisamos lembrar que o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, de 15 de dezembro de 2016, para controlar as contas públicas. Desde 2018, os gastos federais só podem aumentar de acordo com a taxa de inflação acumulada no ano anterior, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com essa regra em vigor, o agro segue em constante crescimento, sempre com uma maior demanda de recursos para custear, investir e comercializar a produção agropecuária.

Se, por um lado, esse desempenho traz renda e divisa para a economia do País; por outro lado, depara-se com a realidade de o crédito rural com taxa de juros controlados não ser suficiente para acompanhar a expansão do setor. Então, desde o PAP da safra 2017/18, o intervalo de flexibilidade para o Governo administrar os gastos com subsídios à agricultura começou a se estreitar. Essa negociação entre as autoridades do MAPA e do Ministério da Economia (ME) repete-se a cada decisão para lançamento do PAP, como ocorreu agora com o Plano Safra 2022/2023.

PODEMOS TRAÇAR UMA APRECIAÇÃO DO BIÊNIO 2020-2021?

GB: Na história da agricultura tropical brasileira, repleta de choques climáticos,

fica difícil imaginar a possibilidade de repetição de uma conjuntura similar entre um ciclo de produção e outro. Há sempre diferenças a serem consideradas em qualquer análise que seja feita. Entre 2020 e 2021, enquanto se tomavam medidas para conter o choque do coronavírus, a economia mundial desacelerava e o setor agropecuário nacional comemorava recorde na colheita de grãos. Esse biênio pode ser entendido como pródigo e de rico aprendizado para o Brasil se adaptar à pandemia anunciada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Junto à flexibilização das medidas sanitárias para controlar o surto da doença, tivemos de enfrentar as concorrências existentes nos mercados de destino da produção brasileira. A diversidade de produtos exportados pelo agro mostrava um excelente desempenho, com resultados recorde na balança comercial, que devem se repetir neste ano. Internamente, a queda na renda e no poder de compra do consumidor afetou de forma diferente a retomada dos negócios nas cadeias produtivas. Esse processo leva um certo tempo para ser corrigido.

QUAL É A VISÃO ATUAL DAS CONJUNTURAS EXTERNA E INTERNA?

GB: O mundo tenta se recuperar do baque da pandemia e enfrenta as consequências da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Essa situação adversa contribui para a escalada nos preços dos alimentos e leva a fome e insegurança alimentar em diversas regiões do globo. Os países do G7 e do G20 ensaiam articulações emergenciais para aumentar de maneira temporária a produção e liberar os estoques de alimentos. Nesse contexto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) acompanha com preocupação as medidas restritivas adotadas por alguns governos nas exportações de alimentos.

No Brasil, seja nos insumos, seja nas máquinas e nos equipamentos agrícolas, os mercados seguem aquecidos. Os resultados das grandes feiras agropecuárias realizadas no primeiro semestre deste ano superaram as expectativas. A agricultura capitalizou-se nos últimos ciclos de produção, apesar dos contratempos climáticos ocorridos em alguns lugares. Com a economia do País retraída, a margem de comercialização tende a ficar apertada por causa da subida nos custos de produção. A taxa de câmbio volátil em patamar alto e a taxa de juros em elevação alinham-se ao avanço da taxa de referência Selic.

HÁ VIABILIDADE ECONÔMICA PARA OPERAR COM CRÉDITO RURAL À TAXA DE JUROS LIVRES NO MERCADO?

GB: O horizonte para financiar as atividades rurais exige que olhemos para ele com precaução. Existe distinção conforme o prazo. Para o período ser tido de curto e médio prazos, considera-se uma ou duas safras anuais, com custeio, comercialização e industrialização. Nos investimentos de longo prazo, a extensão do horizonte pode ser maior, como no caso das normas do Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). A capacidade do produtor de tomar empréstimos com taxa de juros livres de mercado varia de acordo com o tipo de exploração, grau de tecnologia e escala de produção.

Mais estruturados e geralmente com uma percepção menor de risco pelo mercado financeiro, os grandes produtores são capazes de encarar empreendimentos de maior porte econômico. Já os produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio do Médio Produtor (Pronamp) e, em especial, os pequenos produtores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) possuem menos alternativas de financiamento fora dos recursos disponibilizados com taxas controladas pelo Plano Safra. De um modo geral, nos financiamentos de investimento de longo prazo, as dificuldades tendem a ser ainda mais acentuadas.

O AGRO NACIONAL CRESCE MESMO COM OS SUBSÍDIOS DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS DOS SEUS CONCORRENTES?

GB: O caráter protecionista das políticas agrícolas prevalece até os dias atuais no mundo. Essa realidade pronuncia-se fortemente entre os países desenvolvidos. Os resultados da Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE, na sigla em inglês), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostram resultados a serem analisados. A média para o triênio 2018-2020 aponta as seguintes taxas: Noruega (56,5%), Japão (41,1%), União Europeia (19,5%), China (12,5%), EUA (12,0%), Austrália (2,5%), Brasil (1,5%) e, como o país com menos apoio à agricultura, Nova Zelândia (0,7%).

Mesmo com a concessão de pouco subsídio para os produtores, o Brasil se tornou um dos maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agropecuários. Com abundância de recursos naturais e avanços tecnológicos progressivos, o País foi se posicionando como referência na agricultura tropical. Essa vantagem comparativa fomenta a inserção brasileira no mercado mundial de alimentos e deve se consolidar mesmo diante desse cenário global cheio de turbulência, em que países desenvolvidos tomam e sugerem medidas emergenciais para amenizar a pandemia, a guerra e a crise alimentar.

QUAIS SÃO AS LIÇÕES PARA APRIMORAR A POLÍTICA AGRÍCOLA?

GB: O PAP busca desenvolver uma visão estratégica em termos de crédito e seguro rural. Primeiro, para fortalecer os pequenos e os médios produtores rurais com concessões subsidiadas. Essa demanda crescente, seja em relação aos recursos obrigatórios, oriundos dos depósitos à vista ou da poupança rural, seja em relação aos recursos equalizáveis, depende

“...A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) ACOMPANHA COM PREOCUPAÇÃO AS MEDIDAS RESTRITIVAS ADOTADAS POR ALGUNS GOVERNOS NAS EXPORTAÇÕES DE ALIMENTOS.”

do orçamento do Tesouro, sujeito ao rígido controle dos gastos públicos. Segundo, para diversificar as fontes de recursos aos grandes produtores, com mais crédito à taxa de juros livres. Essas fontes são provenientes dos mercados financeiro e de capitais.

O desenvolvimento do PAP ocorre sob a orientação da SPA/MAPA, mas há uma participação intensa do Banco Central do Brasil (BCB) e a estrutura administrativa do ME, ligada às Secretarias de Política Econômica (SPE), do Tesouro Nacional (STN) e do Orçamento e Finanças (SOF) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Desde 2019, um Grupo de Trabalho (GT) consolida as propostas anuais apresentadas pelos diferentes setores do agronegócio. Isso facilita a tomada de decisão pautada em critérios técnicos e transparentes entre as unidades do Governo. É o caso, por exemplo, do controle de recurso subsidiado como ocorre no crédito e no seguro rural.

O ORÇAMENTO DO PAP NA SAFRA 2021/22 SE ESGOTOU?

GB: Sim. Por isso, a elaboração do PAP da safra 2022/23 pode ser considerada uma das mais difíceis da história, segundo uma avaliação da própria equipe do MAPA. A análise dos cenários econômicos interno e externo mostra que estão bem difíceis e complexos de ser administrados. A taxa de inflação disparou e subiu para patamares mais altos. O quadro combina o cumprimento do limite do teto de gastos, a forte ascensão da taxa Selic (de 3,50%, no momento de lançamento, para 13,25%, na atualidade) e o recurso da STN para a equalização da taxa de juros do crédito subsidiado.

Tudo isso acabou por consumir o orçamento previsto no PAP da safra 2021/22. A saída foi recorrer ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) e à Junta de Execução Orçamentária (JEO) para obter a suplementação orçamentária. Os recursos bloqueados, de R$ 24,7 bilhões, referiam-se a linhas de custeio e investimento do Pronaf, do Pronamp e de grandes produtores. As contratações ficaram suspensas entre fevereiro e maio. Não obstante a esse problema, a necessidade de recursos para financiar o setor agropecuário aumentou muito em função do crescimento dos custos de produção das principais atividades agropecuárias.

COMO AVALIAR O PAP DA SAFRA 2022/23?

GB: O orçamento aprovado representa o mais robusto na história do PAP, com R$ 340,88 bilhões. Bem acima da taxa de inflação no período do PAP da safra 2021/22, o valor supera em 16% os recursos aplicados no ciclo passado. O montante está alinhado ao momento enfrentado pelo setor, de altos custos de produção. As taxas de juros definidas ficaram todas abaixo da taxa básica Selic. A tomada dessa decisão será lembrada como uma referência especial de política pública adotada pelo Governo. De qualquer forma, a tendência é de uma demanda forte por crédito rural no PAP da safra 2022/23.

A equipe que trabalhou na montagem dessas medidas se sente recompensada pela manifestação positiva das lideranças da produção agropecuária e das entidades do agronegócio. As decisões anunciadas foram as possíveis de ser feitas diante das dificuldades enfrentadas no momento tanto no Brasil, como no mundo. Em condições normais, o agro está pronto para cumprir a meta de colher 300 milhões de toneladas. Dar previsibilidade do orçamento necessário para equalizar a taxa de juros do crédito e do prêmio do seguro rural será um legado para o País se firmar como uma peça-chave na geopolítica internacional.

QUAIS SÃO OS PRESSUPOSTOS PARA A MONTAGEM DE UM PAP PLURIANUAL?

GB: Há três premissas básicas para formatar um PAP plurianual. Primeiro, que a peça orçamentária coincida com o ano fiscal. Segundo, que os recursos disponibilizados sejam previsíveis para o setor. Terceiro, que haja estabilidade nas variáveis macroeconômicas, como as taxas de inflação, câmbio e juros. Cumpridas essas condições, fica mais viável construir cenários para a agropecuária com previsão dos recursos controlados ou não controlados para custeio, investimento e comercialização.

Diante da volatilidade nas taxas de inflação e de juros (Selic), reformas orientadas para o mercado serão necessárias para modernizar o modelo de crédito e seguro rural. Com a roupagem de plano nacional, sem a exigência de lei, ajustes anuais do PAP plurianual poderão ser encaminhados junto à Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses são os primeiros passos para a execução de uma proposta de médio e longo prazos. As estimativas envolvem os títulos do agronegócio e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). Digitais e desburocratizados, esses instrumentos facilitarão o avanço do processo em questão. ■